

# A intensificação da exploração da força de trabalho com a produção flexível: elementos para o debate<sup>1</sup>

Paulo Roberto Félix dos Santos<sup>2</sup>

## Resumo

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho na contemporaneidade, sobretudo, com o advento da produção flexível, expressa principalmente pelo toyotismo, têm trazido conseqüências nocivas ao trabalhador. Ao contrário de promover maior liberdade e lhe garantir controle maior do processo produtivo, o modelo flexível tem tornado a exploração do trabalho muito mais intensa e, por conseguinte, submetido o trabalhador à condições extenuantes. Destarte, este artigo objetiva trazer uma reflexão sobre como tem se implementado esse novo padrão de acumulação (produção flexível) e que conseqüências trouxe para o aumento da extração de mais-valia e contribuído para a (des)organização dos trabalhadores.

## Palavras-Chave

Produção flexível; Mais-valia; Intensificação do trabalho.

## The intensified exploration of the workforce with flexible production: elements of the debate

## Abstract

The changes in the workplace nowadays, especially with the advent of flexible production, expressed mainly by toyotism, have had, consequences harmful to the worker. Instead of promoting greater freedom for workers, and will ensure greater control of the production process has become the model flexible labor exploitation much more intense and therefore subjected the employee to the extenuating circumstances. Thus, this paper aims to bring a reflection on how it has implemented this new pattern of accumulation (flexible production) and what consequences brought to increase the extraction of surplus value and contributed to the (dis) organization of workers.

## Keywords

Flexible production; Capital gain; Intensification of work.

## Introdução

Após um período de expansão de acumulação capitalista sob a dinâmica do padrão fordista de produção, especialmente no espaço de tempo entre as décadas de 1940 e 1970<sup>3</sup>, o sistema capitalista começou a apresentar sinais que denotavam um quadro de crises<sup>4</sup>. Trata-se, sobretudo, da expressão fenomênica da crise estrutural do capital<sup>5</sup> (MESZAROS, 2009). A resposta a essa crise pautou-se, fundamentalmente, em ações de ordem político-ideológica e reordenamento da organização do capital. Desse modo, explicitou-se a adoção no âmbito político do modelo neoliberal e no processo de reorganização da acumulação capitalista, seguiu-se com o processo de reestruturação da produção e do trabalho (ANTUNES, 2004). Tal processo implicou a adoção de um modelo de produção flexível (que aqui analiso sob a forma da generalização do toyotismo) com características que se adequassem a nova ordem internacional, e o reordenamento da ofensiva do capital ao mundo do trabalho, com conseqüências nefastas a esse último.

A passagem do modelo de organização fordista para a adoção do sistema flexível toyotista de produção, implicou linhas de rupturas e continuidades, sobretudo nas formas de exploração da força de trabalho. Assim, são percebidas na contemporaneidade significativas mudanças que têm alterado o quadro de configuração do mundo do trabalho. Desse modo, surgem novas formas de gestão da força de trabalho, onde imperam espaços precários de relações trabalhistas<sup>6</sup>, e o novo e o velho coexistem numa relação que resulta da funcionalidade ao capital.

A atual conjuntura é permeada por um quadro em que se alargam as formas de exploração da força de trabalho. Nesse sentido, o argumento central que levanto nesse artigo é de que o toyotismo tem levado a cabo a exploração da força de trabalho, que se delineou com a adoção do fordismo. Em outros termos, o atual estágio de organização do capitalismo baseado nesse sistema flexível de produção<sup>7</sup> tem produzido uma intensificação da exploração da força de trabalho sem precedentes na história da humanidade. Assim, o que o modelo fordista iniciou, o toyotismo tem levado às últimas conseqüências, principalmente, como se verá no texto, pela captura da componente intelectual do trabalhador, e intensificação de formas coexistentes de trabalho, que tem intensificado a exploração.

No artigo que ora apresento, inicialmente discuto o contexto em que emergiu o padrão de produção fordista, em que relaciono suas principais características e como durante um largo espaço de tempo esse modelo foi funcional a ordem capitalista. É importante ressaltar que ante aos processos de crises cíclicas que são inerentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, o padrão de acu-

mulação fordista, no período que sucedeu os anos de 1970, não pode corresponder à manutenção do círculo virtuoso do capital. Desse modo, vivenciou-se a crise do padrão fordista, e assim, busco apontar aqui, os principais elementos, que, a meu ver, estariam relacionados a esse processo.

Em outra parte, exponho quais as alternativas se direcionaram ao ordenamento do capital para a saída da crise e dessa forma como seu deu a emergência e generalização do modelo toyotista. Nesse sentido, resumirei os pontos que traduzem as principais características desse modelo, de modo a explicitar o que o diferencia do seu antecessor e assim, como está posta a novidade na que forma como tem sido aumentada a exploração da força de trabalho.

Por último, busco apontar elementos que, na minha concepção, remetem para a constatação que a atual dinâmica de acumulação do sistema capitalista tem implicado num aviltamento sem precedentes na intensificação da exploração da força de trabalho, reforçando o caráter desumano do capital. Reitero que é um processo, onde a “subsunção real do trabalho ao capital” (MARX, 1988) tem expressado sua face mais nefasta.

### **Contextualizando a emergência do padrão taylorista-fordista de produção**

É com o advento da Segunda Revolução Industrial<sup>8</sup> e a inserção de novas tecnologias – manufatura de precisão, eletricidade como fonte de energia e utilização de material sintético – que o capitalismo conseguiu obter um acúmulo significativo de ganhos no âmbito da produção. Foi a partir da inserção dessas novas tecnologias que a indústria capitalista estabeleceu uma nova fase de crescimento na economia mundial. Neste momento de grande efervescência econômica, a Inglaterra ainda figurava como grande potência mundial, pois estava à frente do arsenal tecnológico em vigor que ditava a dinâmica econômica naquele período.

Com a primeira grande crise do final do século XIX (que se situou entre os anos de 1873 a 1896), foi questionado o padrão tecnológico capitalista em atividade e, nessa direção, questionou-se também a hegemonia inglesa enquanto principal potência capitalista. Tal fato – o declínio do padrão tecnológico – foi acompanhado de diversas críticas e a estratégia adotada ficou ligada ao âmbito do livre comércio como forma reguladora principal da dinâmica capitalista, levando muitos países a adotarem medidas protecionistas em suas economias. Urgiu então a necessidade de se buscar novas formas de acúmulo de capital retomando sua expansão, resultando em alterações no modelo econômico, implicando em transformações que só iriam ser consolidadas nos anos de 1930, impulsionadas principalmente pela crise de 1929<sup>9</sup>, que representou um grande golpe à economia capitalista de todo o mundo.

Após um período de intensa instabilidade da economia mundial (que vai desde os anos de 1880 até meados da década de 1940), um novo gigante assume a ponta na economia capitalista do mundo e começa a ditar as regras do jogo em nível internacional, principalmente com advento de um novo arsenal tecnológico e transformações na esfera organizacional da produção. Com a introdução do modelo de regulação das relações de produção pautado no taylorismo/fordismo os Estados Unidos (EUA), consolidam sua hegemonia na economia global e difundem sua doutrina no resto do mundo, através do chamado americanismo ou padrão de vida americano (*american way of life*), “um modelo produtivista e “hedonista”, ou seja, baseado na busca da felicidade por meio de um número crescente de mercadorias consumidas por todos” (LIPIETZ *apud* GOUNET, 1999, p. 61).

Foi sob a ótica da rígida separação do processo de trabalho, distinção entre concepção e execução e monopólio do conhecimento sobre os distintos processos de trabalho que os EUA conseguiram implantar um novo modelo tecnológico. Assim, ocorre o que Braverman considera a “dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores” (1987, p.103), “em que o processo do trabalho deve ser independente do ofício, da tradição e do conhecimento dos trabalhadores. Daí por diante deve depender não absolutamente das capacidades dos trabalhadores, mas inteiramente das políticas gerenciais” (BRAVERMAN, 1987, p.103). No plano social, esta nova conformação do capitalismo mundial atuou pautada num conjunto de ações de regulação social que resultariam no *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social<sup>10</sup>.

O modelo fordista de produção foi materializado pela primeira vez em 1913, com a criação da empresa Ford, por Henry Ford e fabricação em massa do veículo modelo T, cujo preço reduzido, estimulou o consumo em massa. Tratava-se de aplicar “os métodos do taylorismo (ou “organização científica do trabalho”) à indústria automobilística para atender a um potencial consumo de massas”. (GOUNET, 1999, p. 18). Desse modo, o taylorismo-fordismo foi o sistema que pela primeira vez, introduziu sistematicamente a mudança na organização do trabalho como instrumento para aumentar a produtividade (ROSSO, 2008).

Nesse sentido, o modelo fordista apresenta como principais transformações, características que dizem respeito aos seguintes aspectos, apontados por Gounet (1999, p. 19):

[...] parcelamento das tarefas; criação da linha de montagem, em que há uma esteira rolante que desfila, permitindo aos operários, colocados um ao lado do outro, realizar as operações que lhes cabem; controle vertical da produção (controle direto da produção de cima para baixo) e automatização das fábricas.

O modelo fordista representa um movimento onde a racionalização do trabalho implicava uma separação muito rígida entre os responsáveis pela execução e aqueles encarregados pela organização. Situou-se como um modelo que dirigia produção em massa para consumo em massa. Para que pudesse ganhar efetividade o fordismo ancora-se num compromisso no qual necessitaria realizar uma correspondência entre crescente produção e crescente consumo em massa. (GOUNET, 1999). Trata-se de um modelo de organização científica da produção que foi capaz de aumentar o rendimento do trabalho (ROSSO, 2008). Contribuiu pelo gerenciamento da produção, aumentou consideravelmente a exploração da força de trabalho. O trabalhador passa a trabalhar mais intensamente, dentro das condições técnicas vigentes (ROSSO, 2008).

Na medida em que se aplica um método de gerenciamento científico da organização do trabalho, se reduz a porosidade do trabalho. Ou seja, reduzem-se os espaços ociosos da produção. O capitalista busca capturar ao máximo a produtividade do trabalho. Tal situação significa mais trabalho, mais dispêndio de energias do trabalhador, em suma, aumento na intensificação da exploração da força de trabalho. O taylorismo inaugura um período em que, pelo gerenciamento científico da organização da produção, pôde-se extrair mais produtividade do trabalho, sem que sejam necessárias alterações profundas na estrutura tecnológica existente.

No início dos anos 1970 o padrão de produção – fordismo – cujo grande desenvolvimento propiciara o pleno emprego em meio a uma franca ascensão da economia capitalista, entra em crise. Alguns autores divergem sobre suas reais causas. Uns argumentam sobre a organização da classe trabalhadora e outros colocariam a participação do exército de reserva<sup>11</sup>. Assim, ficam visíveis as limitações que acompanhavam a dinâmica fordista de produção, sumariamente enumeradas por Gounet (1999): fonte de crescente improdutividade em função da separação entre concepção e execução; impotência efetiva das políticas keynesianas, que pudessem sustentar o Estado-providência; contestação da supremacia norte-americana como potência mundial; e a presença de uma contestação social. Acerca desse último elemento, é sinalizada uma onda de insatisfação social que se amplia praticamente em todo o mundo, numa escala sem precedentes.

Nunca o sistema global capitalista depara-se com uma ameaça tão forte. Esse conjunto de contestações<sup>12</sup>, reforçando-se reciprocamente constituiu a motivação profunda da grande crise econômica mundial iniciada em 1974, que se apresentou como uma crise do taylorismo (BERNARDO, 2004, p. 79).

A emergência da crise do fordismo que se verificou após anos de 1970 significou a própria crise estrutural do capital (MESZAROS, 2009). Deste modo, a década de 1970 ficou marcada pela presença de um quadro de incertezas, onde urgia a necessidade de estratégias que dessem respostas ao quadro de crise e que pudessem fazer ressurgir com grande velocidade os ganhos capitalistas. No bojo de respostas a crise do fordismo, nos países centrais da economia capitalista, iniciou-se um processo de reorganização do capital, com reflexos em seus sistemas político e ideológico de dominação. Dessa reestruturação fazem parte o neoliberalismo, com a desregulamentação dos direitos do trabalho, a desmontagem do setor produtivo estatal e seu processo de privatização. Emerge um panorama, de processo de reestruturação da produção e da organização trabalho, objetivando possibilitar ao capital os instrumentos necessários a um possível retorno aos patamares anteriores de lucratividade.

### **Ascensão do toyotismo e intensificação da exploração da força de trabalho**

Imbuídos numa nova empreitada de reordenamento do capital, os empresários, em nível mundial, foram impelidos a realizar reformas visando à retomada de seus lucros, o que implicou na adoção de um novo padrão de produção. Procedeu-se com alterações que se situaram pela própria lógica da concorrência intercapitalista e pela necessidade de redução das lutas sociais oriundas do trabalho (ANTUNES, 2009), resultando em mudanças tanto na reorganização produtiva quanto na retomada da conquista de um projeto de hegemonia em diversas esferas da sociabilidade.

Segundo Antunes (2009), essa nova modalidade de organização do trabalho, é considerada para alguns autores, como Sabel e Piore (*apud* ANTUNES, 2009), um momento em que estariam sendo superadas as contradições constitutivas da sociedade capitalista. As mudanças inauguradas exigiriam um trabalhador mais qualificado e participativo, o que o tornaria mais realizado no trabalho. Por outro lado, argumenta Antunes (2009), baseando-se na análise de Tomaney<sup>13</sup> (1996), que ao contrário, esse momento do capitalismo estaria representando uma “reconfiguração do ‘poder local de trabalho e no próprio mercado de trabalho, muito mais em favor dos empregadores do que dos trabalhadores’ (TOMANEY, *apud* ANTUNES, 2009, p.50).

Desta forma, o que se constatou foi a responsabilização dos trabalhadores pela queda na produtividade sendo colocados como obstáculos ao crescimento econômico. Nesta linha, iniciou-se uma nova ofensiva do capital ao mundo do trabalho. E para a retomada do crescimento econômico, recorreu-se ao consentimento da

classe trabalhadora à propalada cultura de crise. Cultura essa que apresentou ao conjunto de trabalhadores elementos que pudessem garantir um esforço de classe, na busca por um consentimento passivo a adoção de reformas. Nesse sentido:

Aqui os exemplos são inúmeros: subtração de direitos sociais e trabalhistas, como uma questão afeta à esfera econômica, a defesa da informalidade do trabalho como alternativa ao desemprego, a banalização da cidadania como de serviços, a simplificação do ideário de emancipação como autonomia, dentre outros. [...] Trata-se não apenas de destruir os processos de organização dos trabalhadores, mas também de inflexionar os objetos das suas reivindicações dotando-as de outros significados que, originários do projeto do capital, devem ser assumidos como seus (MOTA, 1998, p.36).

A partir daí o que se verificou foi a implementação de um conjunto de mudanças no âmbito de uma modernização conservadora, com ações bancárias de desvalorização da moeda e políticas cambiais. Diante desse contexto, foram implementadas ações estruturais neoliberais, com vistas a organizar o mercado e redimensionar o papel do Estado. Uma gama de medidas foi adotada principalmente no que tange a um forte arrocho nos gastos sociais, uma política de estabilização monetária e a redução das influências do poderio sindical, capazes de dar respostas às crises vivenciadas nos anos de 1960 e 1970 (ANDERSON *apud* MATTOSO, 1995). Trata-se de medidas conservadoras, que longe de atacar as raízes da problemática, tem por objetivo principal :

[...] formar uma determinada cultura do trabalho que, incorporando as necessidades do processo de acumulação, apresente-se como alternativa de enfretamento da crise econômica e social. Essa cultura difunde o conservadorismo das saídas possíveis e do sacrifício de todos, estimulando a “indiferenciação” de projetos políticos como modo privilegiado da administração da desigualdade social (MOTA, 1998, p.36).

No âmbito geral, constituiu-se o que ficou conhecido como processo de reestruturação produtiva. Trata-se de um reordenamento da dinâmica sócio-metabólica da exploração capitalista. Nessa exata medida:

(...) todo o processo conhecido como reestruturação produtiva nada mais é do que a permanente necessidade de resposta do capital às suas crises. Para fazer-lhe frente é absolutamente vital ao capital – e aos capitalistas – redesenhar não apenas

sua estruturação “econômica”, mas, sobretudo, reconstruir permanente a relação entre as formas mercantis e o aparato estatal que lhe dá coerência e sustentação. Assim, o momento atual da subsunção real do trabalho ao capital – conhecido ideologicamente como III Revolução Industrial – exige uma modificação das regras da sociabilidade capitalista, modificação essa necessária para fazer frente à tendência decrescente da taxa de lucro (DIAS, *apud* MOTA, 1998, p. 14).

Um novo modelo tecnológico foi estabelecido e assim novo ânimo foi dado à economia mundial. Com o advento da microeletrônica destaca-se um padrão tecnológico com características de: “[...] articulação e difusão, simultânea de um poderoso cluster de inovações, baseado em novas tecnologias de impacto abrangente, sobre o conjunto das estruturas industriais das principais economias capitalistas [...]” (COUTINHO, *apud* MATTOSO, 1995, p.62).

Aliado a esse fator, percebe-se a introdução de um novo modelo organizacional que ficou conhecido como toyotismo<sup>14</sup>, e segundo Gounet (1999) tem uma dupla origem. A primeira diz respeito a necessidade urgente das empresas japonesas serem tão competitivas quanto às empresas americanas. De outro modo, foi presente a necessidade de aplicar o fordismo no Japão, porém em acordo com as condições locais, adequando-se às peculiaridades do arquipélago. Destarte, suas principais características dizem respeito: a produção é puxada pela demanda e o crescimento pelo fluxo; necessidade de combater desperdício; limitar transporte e evitar que se formem estoques; flexibilidade de aparato produtivo; *just in time* (ou tempo certo) e sua adaptação às flutuações da produção acarretam a flexibilização da organização do trabalho. “(...) Assim, rompe-se a relação um homem/uma máquina. Na Toyota, desde 1955 um trabalhador opera em média cinco máquinas. O que traz duas conseqüências imediatas: trabalho de equipe e polivalência” (GOUNET, 1999, p.27); e a adoção do método kanban<sup>15</sup>. Aliadas à adoção de mudanças na base tecnológica e organizacional<sup>16</sup>, é importante frisar que foram realizadas modificações em outras esferas de modo a dar sustentabilidade a essa forma diferenciada de acumulação capitalista. Desse modo,

Na **esfera da produção**, observa-se o aumento das taxas de lucro via crescimento da produtividade do trabalho, intermediada pelo uso de novas tecnologias e de novas formas de consumo da força de trabalho. Na **esfera da circulação**, essa reorganização incide em mudanças no mercado consumidor, determinando também novas formas de concorrência entre firmas, com base na seletividade dos

mercados e no marketing da qualidade dos produtos. Na **esfera sócio-política e institucional** ocorrem novas modalidades de controle do capital sobre o trabalho, que exigem um conjunto de reformas institucionais e a implementação de mecanismos capazes de promover a adesão e o consentimento dos trabalhadores às mudanças requeridas (MOTA, 1998, p.14) (grifos da autora).

A economia mundial ganharia certo fôlego e com ele foi instituído um conjunto de reformas nas relações de trabalho que até então vigoravam. No âmbito das relações de trabalho foram aplicadas ações de flexibilização, precarização e subcontratação da mão-de-obra, com objetivo de conseguir assegurar o crescimento econômico. Da mesma forma, com o objetivo de adequar a classe trabalhadora às demandas que surgiam, foi exigido um novo perfil de trabalhador ligado à polivalência e mais participante em contraposição ao antigo modelo taylorista/fordista, cuja estrutura fundamentava-se na rígida divisão de tarefas, apoiado na especialização do trabalho fabril e no baixo nível de qualificação para a maioria da população trabalhadora.

No que tange ao aspecto da polivalência, Rosso argumenta que este elemento “implica um componente a mais de intensificação, à medida que requer um esforço adicional de trabalho mental, conhecimento de operações diversas, sua lógica, trabalho emotivo, concentração e atenção no controle de máquinas diversas” (2008, p. 67).

De outra sorte, a adoção de uma nova forma de organização do trabalho, baseada no modelo toyotista, tem representado, a meu ver, uma forma de exploração da força de trabalho, cuja intensidade, remonta aos períodos correspondentes a consolidação da Grande Indústria, devendo ser guardadas as devidas peculiaridades. Trata-se de um sistema que permite maior exploração dos trabalhadores “(...) intensifica o trabalho, sobrecarregando ao máximo cada operário” (GOUNET, 1999, p. 8).

Percebe-se na contemporaneidade um brutal aviltamento da exploração da força de trabalho, de modo que tal exploração tem cada vez mais se intensificado. Essa constatação é respaldada por um conjunto muito diverso de exemplos. Principalmente à luz da denominada polivalência ou multifuncionalidade, evidencia-se que a intensificação do trabalho vem atingindo seu ápice na medida em que a força de trabalho é empregada ainda mais intensamente do que antes.

A esse respeito Gounet (1999, p.29) aponta que “um exemplo é a mudança da relação um homem/uma máquina para a relação de uma equipe/um sistema (onde cada homem opera em média cinco máquinas)”. Segundo o mesmo autor,

além disso, para trabalhar em equipe o operário tem que ser polivalente. Em outras palavras, entrar na grande família Toyota exige mais aptidões que o fordismo. Mas os salários não corrigidos à altura do aumento da qualificação (GOUNET, 1999, p. 30).

Do mesmo modo, com a operação de diversas máquinas por um mesmo funcionário, o toyotismo exponencia o grau de exploração da força de trabalho. “Os tempos de trabalho ‘morto’ desaparecem dos horários de trabalho. O limite do trabalho tende a confinar com o limite do emprego” (ROSSO, 2008, p.67).

Nesse sentido, polivalência, multifuncionalidade, trabalho em equipe, Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), tornam-se instrumentos que além de capturar a componente intelectual do trabalho, tem contribuído para a difusão para uma cultura de motivação no âmbito da empresa:

Com esses dispositivos organizacionais o toyotismo incentiva a participação crescente dos trabalhadores através de suas sugestões e aperfeiçoamentos no processo produtivo, tendo em vista sua adesão. A intenção do capital é projetar uma inversão da finalidade do controle sobre o trabalho na produção toyotista, ou seja, é forjar a idéia de que o autocontrole (“autonomia”, “auto ativação”) reflete um novo estágio de organização do trabalho, determinado pela autonomia, e pela criatividade do trabalhador. Com isso, o capital consegue obscurecer a intensidade das formas de controle através do consentimento do trabalho às modificações na atividade produtiva (CARNEIRO, 2006, p.126).

O processo de aumento da exploração do trabalho aparece travestido por uma idéia de maior autonomia do trabalhador. Desse modo, o operário se percebe como alguém que está controlando o processo produtivo. Além de aumentar a produtividade do trabalho, a estratégia capitalista objetiva angariar o consentimento passivo do trabalhador frente às inovações na organização do trabalho, o que implica em novas formas de subordinação do trabalho ao capital, principalmente pelo engajamento do trabalho na produção.

Outro ponto apresentado pelo toyotismo é a crescente redução no contingente de trabalhadores efetivos da fábrica. Ao contrário do que se verificou com a indústria fordista com a caracterização de grandes fábricas e enorme quantidade de operários, com o advento do toyotismo, percebe-se uma redução no quadro de trabalhadores efetivos, com a “fábrica enxuta”. Segundo Rosso “esse é o primeiro

elemento do sistema toyotista que tem influencia sobre a intensidade [na exploração da força de trabalho]. Mantido um contingente mínimo de força de trabalho, a elevação da demanda é satisfeita mediante um trabalho mais intenso e também com o emprego de horas extras e com a contratação adicional, quando necessário” (2008, p.66). Nessa perspectiva, gerou não apenas aumento da produtividade, mas também possibilitou às empresas adquirir maior flexibilidade no uso de suas instalações e no consumo da força de trabalho, o que tem permitido reduzir drasticamente o efetivo de trabalho. Com essa alteração, a ampliação do raio de ação sobre o trabalho, aventada como vantagem aos trabalhadores, foi seguida pelo aumento do volume e pela intensificação dos ritmos sem que houvesse, em contrapartida mais estabilidade no emprego [...] (PINTO, 2007, p. 65).

A formatação das empresas enxutas se caracteriza por uma matriz na cadeia produtiva e a adesão de outras empresas terceirizadas, que por sua vez contratam força de trabalho de maneira precarizadas, muitas vezes sem as mínimas garantias trabalhistas. Nesse sentido trata-se de:

[...] grandes unidades de capital transformam o layout de suas estruturas produtivas num gigantesco esqueleto mecânico, onde se pode caminhar por suas vértebras, metros e mais metros, sem encontrar uma “viva alma”. Embora esse esqueleto possa se automovimentar, tenha nele mesmo a fonte de seu movimento mecânico, ele, contudo, precisa de uma fonte externa que alimente. A subcontratação é essa fonte. As grandes corporações contam hoje com uma rede de pequenas e microempresas espalhadas ao seu redor, que têm como tarefa fornecer os inputs necessários para serem transformados em outputs, por aquele monstro mecânico. Além disso, essas grandes unidades de produção contam com um enorme contingente de trabalhadores domésticos, artesanais, familiares, que funcionam como peças centrais dentro dessa cadeia de subcontratação. Constituem-se todos em fornecedores de “trabalho materializado”, porque, agora, a compra e a venda da força de trabalho são veladas sob o véu da compra e venda de mercadorias semi-elaboradas (TEIXEIRA *apud* MOTA, 1998, p. 33).

Percebe-se nesses casos uma política de precarização maciça que chega a uma situação extrema nos casos em que é verdadeiramente institucionalizada como forma de organização da força de trabalho. Exemplo dessa realidade refere-se aos Estados Unidos, em que “na passagem do milênio, cerca de um quarto da população ativa, o que representa mais de trinta milhões de pessoas, trabalhava em empresas em que

a duração média do emprego era inferior a um ano, ou seja, empresas renovavam a totalidade do pessoal” (BERNARDO, 2004, p.133). Ou seja, implica na produção de uma realidade dual, na medida em que por um lado há a necessidade de trabalhadores em situação estável, exercendo suas atividades nas matrizes empresariais, enquanto, por outro lado, tem-se um grande contingente de trabalhadores que vendem sua força de trabalho, a partir de contratos precários, submetendo-se à rotatividade das leis de mercado.

Há uma brutal exploração da força de trabalho em que se verifica uma degradação do trabalhador. “Em uma fábrica terceirizada, as condições sociais são sempre piores que em uma grande unidade de produção, na qual os trabalhadores podem formar uma força organizada, capaz de extrair certas vantagens através da luta” (GOUNET, 1999, p.8). De outra forma, traduz Bernardo (2004, p.136) essa situação:

De um lado existem os trabalhadores que sustentam a modalidade de mais-valia relativa inaugurada pelo toyotismo. Caracterizam-se por uma situação profissional estável e por salários bastante elevados, mas são eles os mais explorados, porque a sua capacidade intelectual está plenamente ao serviço do capital. No outro extremo existem os trabalhadores mais mal pagos, contratados ao dia ou à hora e que alternam o trabalho com períodos de inatividade.

A extração de mais-valia é resultado de trabalho não pago. Originalmente, em sua essência, é conseguida pelo prolongamento da jornada de trabalho, e é considerada como mais-valia absoluta, na medida em que “o trabalhador ultrapassa o tempo necessário para subsistir, constitui a base geral do sistema capitalista” (MARX, 1988, p.49). Daí origina a necessidade constante do capitalista em acumular mais-valia, de modo a extraí-la dia e noite do trabalhador, com longas horas de trabalho. O desenvolvimento capitalista, em sua imanência contraditória, não pôde operar *ad eternum*, a extração da mais-valia absoluta, pelo menos do ponto de vista da aparência fenomênica, sendo “obrigado” a operar com o desdobramento dessa forma de mais-valia, que é a mais-valia relativa. Se “a produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais” (MARX, 1988b: 49). Destarte, na produção de mais-valia relativa o mais importante não é em si o prolongamento da jornada de trabalho, mas sim o aumento da produtividade, com o igual ou menor tempo necessário a produção da

mesma quantidade de mercadorias, de modo a aumentar a parcela do trabalho não pago, não porque o trabalhador passou uma longa jornada de trabalho produzindo, mas porque produziu mais no mesmo ou menor tempo. Essa forma de extração de mais-valia adquire uma particularidade na contemporaneidade pela organização toyotista, que vem conseguindo reduzir em níveis elevados os tempos ociosos na produção e desse modo, aumenta a produtividade do trabalho, eleva o sobretrabalho, e a exploração da força de trabalho.

Reafirmo que o argumento que considero central nesse artigo, diz respeito a consideração de que a atual fase de organização da acumulação capitalista representa uma forma sem precedentes de intensificação da exploração da força de trabalho. Esse processo que adquire contornos carnificínicos na atualidade é subordinado à própria lógica da exploração capitalista uma vez que:

A transformação da humanidade trabalhadora em uma força de trabalho, em fator de produção, como instrumento do capital é incessante e interminável. A condição é repugnante para as vítimas, seja qual for o seu salário, porque viola as condições humanas do trabalho [...] (BRAVERMAN, 1987, p.124).

Nesse sentido, não são raros os exemplos que (re)afirmam essa constatação. Aliada à polivalência, no que se refere ao novo perfil exigido pelo toyotismo, requisita-se um trabalhador com habilidades flexíveis, ou seja, trabalhador flexível para um regime de acumulação flexível. É importante ressaltar que esse quadro de flexibilidade é extensivo a uma série de determinações da compra da força de trabalho. Nessa linha, percebem-se a flexibilização dos salários (pois variam em acordo com a produção), dos contratos de trabalho, das horas de trabalho, da função que ocupa na empresa, dentre outros. Desse modo, “(...) a linha de produção flexível tem reduzido períodos ociosos, e tem, portanto intensificado a exploração” (BERNARDO, 2004, p.86).

Percebe-se na configuração do mundo do trabalho na contemporaneidade a coexistência de formas de trabalho muito heterogêneas, mas que se põem como funcionais à lógica do capital. Assim, são verificados processos onde operam a “desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, fragmentação no interior da classe, precarização e terceirização da força humana que trabalha [...]” (ANTUNES, 2009, p.55). Além disso, percebe-se com os contratos precários o retorno de antigas formas de intensificação da exploração do trabalho como o trabalho doméstico. Nessa perspectiva, muitas vezes sob a lógica da produção por peça, o trabalhador tem sua

exploração elevada ao máximo que se pode ser extraído pelo capitalista, sendo que ainda se põe uma relação entre iguais (entre capitalista e trabalhador). Surgem

trabalhadores “**proprietários**”, “**livres**” e **pseudoparceiros** de seus antigos patrões, agora fisicamente distanciados do controle e da exploração direta deles, têm na sua própria auto-exploração, na da sua família e de outros trabalhadores desempregados, a principal fonte de valor (MOTA, 1998, p. 36) (grifos da autora).

Desse modo, percebe-se um:

Canto dos cisnes da “emancipação” do trabalhador na ordem burguesa, a externalização da produção não passa de uma nova forma de estruturação do trabalho abstrato e que se revela como um verdadeiro reino da liberdade, da propriedade e da igualdade. “O trabalhador se sente mais livre, porque agora não está mais preso a um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão. Ele se sente como um cidadão, que trabalha no seu próprio local de produção (e às vezes de moradia), sem ninguém para vigiá-lo ou lhe dar ordens. Ele se sente patrão de si mesmo, dono do seu próprio negócio. Sente-se proprietário e igualmente livre, porque é ele quem organiza o processo de trabalho e estabelece, por iniciativa própria a duração de jornada de trabalho. E mais: na condição de vendedor de ‘trabalho objetivado’, sente-se um verdadeiro comerciante, parceiro de seus antigos empregadores. (TEIXEIRA *apud* MOTA, 1998, p. 35).

Outro ponto de destaque é que se na era do fordismo a divisão entre os que planejavam e executavam era vista de maneira mais rígida, na era toyotista, essa fronteira, sobretudo, no plano ideológico, não é tão delimitada. Destarte, o operário é “chamado” a pensar a elaboração e execução do produto, de modo a evitar erros na produção. Isso implica uma apreensão do componente intelectual do trabalhador, de modo que ele contribua integralmente na produção. A intensificação da exploração aparece travestida de uma maior autonomia do trabalhador frente ao processo produtivo.

O controle aparece mistificado pela aparente autonomia e polivalência adquiridas no processo de trabalho. A captura da subjetividade torna-se mais envolvente, porque não é apenas o saber e o fazer do trabalhador que é apropriado pelo capital, mas a sua disposição afetiva-intelectual. O trabalhador aceita as novas

modificações gerenciais e é convencido de que detém domínio sobre o processo de trabalho. Eis, então, a alienação a que a força de trabalho se vê submetida (CARNEIRO, 2006, p.128).

Essa nova etapa nos leva a debater sobre alguns elementos. Essa apreensão do componente afetivo-intelectual do trabalhador não significa que o trabalho intelectual tenha ficado a cargo do trabalhador da ponta (da execução). “No sistema toyotista, ao mesmo tempo que alimentam com o seu saber a mais-valia que lhes é extraída, os trabalhadores perdem a oportunidade de usá-lo em benefício próprio”. (BERNARDO, 2004, p. 84). É necessário atentar para o que adverte Pinto, (2007, p.61), sobre

[...] o fato de que os métodos básicos de execução das atividades realizadas dentro de cada posto continuaram, tal como no sistema taylorista/fordista, estritamente prescritos e regulamentados pelas gerências. Isso é uma decorrência do rígido controle de qualidade, cujo cumprimento, no sistema toyotista, ficou circunscrito ao plano dos postos de trabalho ou, no máximo, ao plano das células. Entretanto, a demarcação do tempo de execução das operações nos postos somente é feita tendo em conta o conjunto das células, após o que passa a ser estabelecida como meta em cada posto individual.

A captura desse elemento subjetivo do trabalhador evidencia tão somente que há uma necessidade atual do capitalista em cooptar integralmente a força de trabalho, extraíndo-lhe em benefício da empresa não só o seu corpo, mas também sua alma, ou, nos termos de Carneiro (2006, p.136) “[...] as novas formas de gerenciamento incidem sobre a dispersão subjetiva do trabalho; não basta o trabalhador participar da produção com sua força física, exige-se a captura da subjetividade sob novas bases”.

Para adquirir o consentimento passivo dos operários, de modo a maximizar a captura de sua subjetividade, uma das estratégias utilizadas é a formação de equipes de trabalho de modo que possam contribuir para uma melhor execução das atividades, evitando espaços ociosos na produção. Cada um passa a ser convidado a ser gerente do seu companheiro de fábrica. “A alteração introduzida no sistema de cadeias de montagem, que substituiu a seqüência de trabalhadores individualizados pela seqüência de pequenos grupos de trabalhadores, foi uma das formas como se passou a aproveitar a iniciativa dos assalariados” (BERNARDO, 2004, p. 85). São

compostos trabalho em equipe células de produção, times de trabalho ou grupos semiautônomos (ANTUNES, 2009).

Do ponto de vista ideológico isso deve implicar num maior engajamento do trabalho, tanto na execução de suas tarefas, quanto na fiscalização das tarefas de seu companheiro, pois se todos realizam com sucesso as atividades, a equipe ganha. O trabalhador é impelido a “vestir a camisa da empresa”. Por outro lado, do ponto de vista do aumento da produção, a empresa tende a conseguir ocupar espaços ociosos, e ademais, reduzir postos, anteriormente, destinados a gerência, já que muitas de suas tarefas são delegadas aos trabalhadores de chão de fábrica. Nesse sentido, “com o toyotismo, o trabalhador não tem mais um minuto para si” (GOUNET, 1999, p. 9). Além disso, há uma responsabilidade na qualidade das mercadorias que são produzidas, pois “(...) o toyotismo atribui aos trabalhadores que fabricam um dado artigo, ou que prestam um dado serviço, a função de fiscalizarem eles mesmos a qualidade do produto (...)” (BERNARDO, 2004, p.85).

Além de elementos eminentemente econômicos e organizacionais, a adoção do modelo toyotista, trouxe conseqüências nefastas para organização da classe trabalhadora na medida em que visa romper com sua organicidade, operando sua divisão. “(...) o toyotismo parece ameaçar a estabilidade do tecido social com conseqüências funestas para o capitalismo, tanto mais que a precarização extensiva do emprego contribuiu para agravar a fragmentação da força de trabalho” (BERNARDO, 2004, p.137).

A partir do momento em que opera o esvaziamento das fábricas, a crescente automação, por outro lado, empurra grande parte da massa proletária para precários contratos de trabalho, ou para as fileiras do desemprego. O sistema de organização flexível contribui para reduzir o poder de organização da classe trabalhadora, ao tempo em que a dispersa e fragmenta. Nessa medida, “[...] o toyotismo parece ameaçar a estabilidade do tecido social com conseqüências funestas para o capitalismo, tanto mais que a precarização extensiva do emprego contribuiu para agravar a fragmentação da força de trabalho” (BERNARDO, 2004, p.137).

### **Considerações Finais**

Como visto, a fase inaugurada pela produção flexível implicou em um aumento da intensificação da exploração da força de trabalho, pois além de reduzir a porosidade da produção, elevando o grau de produtividade, tende a capturar o elemento afetivo-intelectual do trabalhador, levando-o a um maior engajamento no processo produtivo. As formas de organização do trabalho vigentes, diferentemente do momento fordista tende a aproveitar a componente intelectual, de modo a capturar sua

força de trabalho em sua totalidade, o que tem implicado em um maior dispêndio de força. Sob a óptica do autocontrole, automotivação, o trabalhador sente-se gerente do processo de produção. Tal estratégia confere uma maior competitividade entre os trabalhadores e tendem a se traduzir em maior produtividade em prol do capitalista. Diferentemente do que se propaga como o tempo livre, permitido pelo trabalho, o que se tem processado é o aumento na intensidade do trabalho.

De outra parte, tais mudanças têm implicado num processo de dispersão da organização da classe trabalhadora, que vem se estruturando cada vez mais de maneira fragmentada, o que representa uma nova ofensiva do capital ao mundo do trabalho, e que tem representado fraturas na solidariedade de classe. Desse modo, fazendo coexistir um compósito de formas de trabalho bastante heterogêneo (terceirizado, parcial, efetivo, dentre outros), contribui para fragmentar a identidade de classe e com isso objetiva-se o derramamento da organização dos trabalhadores.

É, sobretudo, no conflito capital x trabalho, que se expressa a luta de classes, e desse modo, os ganhos de um, representam necessariamente o influxo do outro. Destarte, o momento atual tem representado uma ofensiva brutal ao mundo do trabalho, em que a intensificação da exploração tem atingindo formas aviltantes. A conjuntura presente implica em desafios para classe trabalhadora, de modo a (re)articular formas de sua organização e retomada de um projeto de superação do julgo do capital.

## Referências

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BERNARDO, J. *Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.

BRAVERMAN. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1997.

CARNEIRO, R. M. S. *Controle de qualidade e qualidade de vida: atuais formas de controle do capital sobre o trabalho na reestruturação empresarial brasileira nos anos 90*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFPE. 2006.

GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I. Tomo I. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATTOSO, J. E. L. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995

MOTA, A. E. e AMARAL, A. S. do. *Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social*. In: A nova fábrica de consensos. MOTA, A. E. (org). São Paulo Cortez, 1998

PINTO, G. A. *A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RIGHETTI, S. *Tecnologias de Informação trazem mudanças nos postos de trabalho*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/200405/reportagens/02.shtml>>. Acesso em 21/12/2007.

ROSSO, S. D. *Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

## Notas

- 1 Artigo apresentado, originalmente, à disciplina Trabalho na Contemporaneidade, do Mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
- 2 Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Gestão de Escola-Comunidade (UFS) e Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. Atualmente vinculado ao Núcleo de Atenção Psicossocial da Polícia Militar de Sergipe – NAPSS/PMSE.
- 3 Período em que se convencionou denominar de “anos dourados”, ou “trinta anos gloriosos” do capitalismo.
- 4 Quadro sumariamente apresentado por Antunes (2009) em que aponta como principais elementos: queda da taxa de lucro; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; hipertrofia da esfera financeira; maior concentração de capitais, a crise do Welfare State, ou do Estado de Bem-Estar Social; e incremento acentuado das privatizações, com tendência às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo.
- 5 A esse aspecto, Antunes (2009) aponta como componentes “da crise estrutural do capital a tendência decrescente da taxa de lucros e a manifestação tanto do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital” (p.33).
- 6 Evidenciado por um padrão muito heterogêneo de delineamento do mundo do trabalho, que tem gerado um quadro de incertezas do ponto de vista da renda, da relação e inserção no mundo do trabalho.

- 7 Aqui, utilizo como sinônimos toyotismo e sistema flexível de produção.
- 8 A Segunda Revolução Industrial teve início em 1860 e gerou mudanças no processo de industrialização que se estenderam até o início da Primeira Guerra Mundial. Com o surgimento da eletricidade, a produção em série nas linhas de montagem proposta por Henry Ford (conhecida como “fordismo”) e o método de administração científica baseada no conhecimento de Frederick Taylor (“taylorismo”), a produção industrial ganha um novo ritmo. O protagonista da Segunda Revolução Industrial passa a ser os EUA que, às vésperas da Primeira Guerra, detinham 40% do PIB dos países desenvolvidos (RIGHETTI, 2007).
- 9 A Crise de 1929, foi uma grande recessão econômica que teve início em 1929, e que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. A Grande Depressão é considerada a pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX. Este período de recessão econômica causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como quedas drásticas na produção industrial, preços de ações, e em praticamente todo indicador de atividade econômica, em diversos países no mundo. Representou apenas mais um momento das chamadas crises cíclicas do capital, de modo que por sua dinâmica sócio-metabólica, não pode rever esse quadro em sua raiz (MATTOSO, 1995).
- 10 Sob a dinâmica do pleno emprego, o Estado de Bem Estar Social procurou apaziguar as tensões inerentes a qualquer sociedade dividida em classes, onde a riqueza socialmente produzida é apropriada por uma pequena parcela da população. Nesta linha, à custa dos altos índices de lucratividade advindos das altas verificadas na produção capitalista, o Estado procurou intervir na sociedade garantindo altos padrões de estabilidade social. Vale destacar que mesmo o capitalismo atingindo elevados lucros, grande parte dos empregos surgidos nesse período situaram-se na esfera pública, explicitando a forte intervenção que o poder estatal desempenhou. As políticas sociais emergidas no âmbito deste Estado intervencionista tiveram importante papel na ampliação da participação da classe trabalhadora, principalmente através do estabelecimento da forte atuação dos sindicatos e da conformação de segura legislação trabalhista. Segundo Mattoso (1995), tal fato significou o recuo de ações de ordem mais radicais e o abandono a bandeiras históricas da classe trabalhadora, como por exemplo, a perspectiva revolucionária de rompimento com a ordem vigente com a sociabilidade capitalista.
- 11 Para Aglieta (apud, MATTOSO, 1995) o eixo principal situa-se no âmbito da organização do trabalho, o que endureceria a luta de classes na produção e estrangularia a mais-valia. Já para Mandel (apud MATTOSO, 1995) o que está por trás desta crise é algo que chama de exército industrial de reserva, colocando que as taxas de desemprego ficam muito baixas, e assim os capitalistas tendem a perder o controle da classe trabalhadora.
- 12 Mobilização dos trabalhadores nas décadas de 1960 e 1970; mobilização dos sindicatos na Europa Ocidental e a agitação estudantil, que questionava o modelo taylorista-fordista na medida em que transformava a universidade de elite em universidade de massas (BERNARDO, 2004).
- 13 É importante ressaltar que este autor defende que as mudanças que se processam na reestruturação produtiva não caminham para uma “toyotização” da indústria, ao contrário, intensificam tendências existentes e por isso não configurariam uma nova organização do trabalho (ANTUNES, 2009).
- 14 Adquiriu esse nome, pois foi implantado progressivamente, nas duas décadas de 1950 a 1970, na Toyota, empresa localizada no Japão.

- 15 Caracteriza-se por um sistema que cria um fluxo de informações que vai na direção do operário, dando-lhe informações necessárias para o trabalho, e cria um segundo fluxo de informações que vai na direção da supervisão e do controle do trabalho, pelo qual é possível saber se a produção está andando bem, quais os problemas e onde se localizam os problemas. Dessa forma, o sistema Kanban exerce um controle sobre o desempenho operário e permite que o trabalho seja conduzido no ritmo, na velocidade e no padrão desejado. O sistema funciona como um sistema de controle sobre a intensidade. Por meio dos controles luminosos, dos controles por papéis ou por meio de controles de computadores, o desejado ritmo do trabalho é implantado na fábrica toyotista. Ou seja, o sistema kanban exerce diversos papéis dentro da estrutura do sistema de produção toyotista, entre os quais um não negligenciamento de controlar o ritmo, a velocidade e o desempenho do trabalhador, em outras palavras, de intensificar o trabalho (ROSSO, 2008:69).
- 16 Gounet (1999, p. 29) afirma que o toyotismo também é freqüentemente caracterizado pelos seus cinco zeros; zero atrasos: a demanda puxa a produção, o fluxo comanda o crescimento; um cliente não deve esperar para comprar um carro; zero estoques: só são permitidas as reservas de base; zero defeitos: cada posto de trabalho controla a qualidade do trabalho do posto de trabalho precedente; zero panes: as máquinas nunca são usadas com a capacidade plena e são escolhidas não em função de seu avanço técnico, mas de sua função na cadeia; para uma operação simples é preferível uma máquina simples; e zero papéis: o kanban reduz bastante as ordens administrativas e a papelada em geral.

Submetido em março de 2011, aceito em julho de 2011.